



Janeiro 2015

Paula Gonçalves Carvalho
Luísa Teixeira Felino
Vânia Patrícia Duarte

PREÇO DO PETRÓLEO DESAFIA ECONOMIA ANGOLANA

- As estimativas do governo angolano apontam para que o crescimento económico em 2014 tenha desacelerado para 4.4%, reflectindo um abrandamento do crescimento do sector não-petrolífero juntamente com uma contracção da actividade petrolífera, afectada pela paralisação da produção em alguns pontos de extracção durante a primeira metade do ano. Não obstante a ultrapassagem dos problemas de natureza técnica, reflectida na recuperação da produção ao longo do último trimestre de 2014, as perspectivas para 2015 encontram-se ensombradas pela queda substancial dos preços do petróleo no mercado internacional. Dada a ainda elevada dependência da economia angolana das receitas provenientes do sector, este movimento, caso persista, irá condicionar o desempenho da economia angolana e reflectir-se nas principais variáveis económicas e financeiras.
- Favoravelmente, destaca-se a maior robustez da economia por comparação com a situação após a crise financeira de 2008-09. Para além do esforço de diversificação, consubstanciado no avanço do peso das actividades não petrolíferas no PIB, que em 2014 representavam já mais de 50% do PIB segundo o OGE 2015, releva o aumento de reservas externas desde 2009, que actualmente cobrem cerca de 7 meses de importações (3 meses em 2009); releva também o facto de a taxa de inflação se situar pouco acima de 7%, permitindo acomodar o impacto do movimento de depreciação do kwanza sem pôr em risco as expectativas inflacionistas; acresce referir o maior espaço de manobra, em termos de política fiscal, face à redução dos custos com subsídios e ao aumento prospectivo da receita não petrolífera depois da concretização da reforma fiscal. Todavia, a actual situação reflectir-se-á necessariamente na revisão dos planos de investimento e gastos públicos, com impacto na economia real. Mais uma vez, Angola vê-se a braços com uma situação que evidencia de forma muito clara a necessidade urgente de diversificação.
- Se, por um lado, a queda da produção terá afectado o desempenho das receitas (de exportação e fiscais) durante a primeira metade do ano, por outro, a trajectória descendente dos preços do petróleo foi o principal factor a justificar a queda das receitas na segunda metade do ano. Por enquanto ainda é incerto em que níveis a oferta e a procura de crude deverão estabilizar, sendo este um dos principais riscos para a economia angolana no próximo ano. O orçamento de estado para 2015 foi elaborado com base num preço do petróleo de USD 81 por barril, que se encontra acima do actual preço de mercado. Existe, portanto, um risco de se estar a sobrestimar as receitas fiscais, cujo desvio terá de ser acomodado pela contenção da despesa pública e/ou reforço do endividamento externo. Neste contexto, as autoridades de Angola poderão avançar em breve com um Orçamento Rectificativo, que reflecta os desenvolvimentos desde finais de 2014. Relativamente à trajectória ascendente da dívida pública, salienta-se o agravamento do endividamento externo, ainda que os riscos sejam relativamente reduzidos já que a principal receita – petróleo – se encontra denominada em dólares. Contudo o aumento do endividamento ao mesmo tempo que as receitas do petróleo diminuem pode ameaçar a sustentabilidade das finanças públicas.
- O saldo da balança comercial manteve-se excedentário nos primeiros três trimestres de 2014, uma vez que o recuo das exportações de petróleo terá sido mais que compensado pela diminuição das importações. O excedente da conta corrente ao longo dos últimos anos permitiu a acumulação de um montante significativo de reservas internacionais, mas nos últimos meses esta tendência inverteu-se, tendo-se alcançado USD 27.35 mil milhões em Dezembro, representando um recuo de cerca de USD 3.5 mil milhões por comparação com o máximo alcançado em Março de 2014.
- O Banco Nacional de Angola manteve uma política monetária prudente, tendo aumentado a taxa de juro de referência em 0.25 p.p. para 9%, antecipando-se ao aumento do nível geral dos preços. De facto, a inflação acelerou moderadamente nos últimos meses, pressionada pela desvalorização do kwanza e pelo aumento dos preços dos combustíveis, mas, ainda assim, manteve-se em níveis moderados em comparação com valores históricos.

Índice

Desenvolvimentos Macroeconómicos

Evolução da actividade económica	3
A nova era do sector petrolífero nos mercados internacionais	5
Desenvolvimentos no sector petrolífero em Angola	6

Política Fiscal

Execução Orçamental 2014	8
OGE 2015	8
Reformas Fiscais	10
Principais riscos	11

Sector Externo

Balança de Pagamentos e Comércio externo	12
Investimento Directo Estrangeiro	14
Indicadores de Competitividade	15

Sector Monetário e Financeiro

Inflação reverte tendência	17
BNA toma novas medidas monetárias	18
Bolsa de Valores BODIVA	19

Contexto Social

Caracterização da população angolana – Resultados Preliminares Censos 2014	20
--	----

Principais Indicadores

22

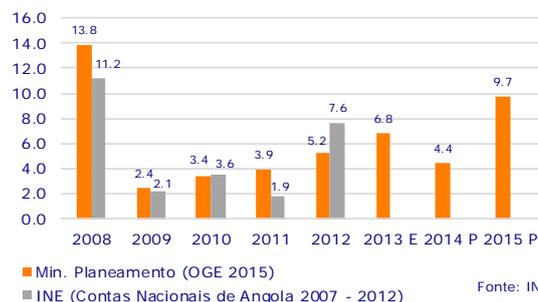
Desenvolvimentos Macroeconómicos

Evolução da actividade económica

O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou as contas nacionais definitivas referentes aos anos de 2007-2012. De acordo com os novos dados, a economia angolana cresceu 7.6% em 2012, registando-se uma revisão em alta face às primeiras estimativas que apontavam para um crescimento de 5.8%. Foram também apresentados dados relativamente à estrutura da economia angolana na óptica da despesa, que nos permitem analisar a estrutura da procura agregada. O consumo final (privado e público) corresponde a cerca de 50% do PIB angolano, sendo que esta componente teve um contributo de cerca de 2.3 pontos percentuais para o crescimento da economia em 2012, suportado essencialmente pelo crescimento do consumo das famílias, componente com um peso de cerca de 2/3 do consumo total, que aumentou 6.1%. Por seu turno, o crescimento do consumo público desacelerou em 2012, mas manteve um peso de cerca de 18% no PIB. No que diz respeito ao investimento, os valores de 2012 indicam que esta componente tem um peso elevado no PIB, cerca de 30%, que contribuiu com 2.1 p.p. para o crescimento do PIB. As exportações líquidas continuam a ter um contributo positivo para a economia (3.2 p.p.), já que as exportações têm mais que compensado o peso das importações. Realça-se o facto de o peso das exportações (essencialmente petrolíferas) ter vindo a decair durante o período em análise, ao passo que o peso das importações diminuiu, sugerindo que a produção interna vai gradualmente dando resposta às necessidades de consumo da economia.

Crescimento do PIB real

(percentagem)



Composição do PIB na óptica da despesa

(percentagem do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
% PIB						
Consumo	46.5	45.6	58.9	51.9	50.3	50.0
Consumo Famílias	31.0	28.8	39.7	34.5	31.7	31.8
Consumo Público	15.5	16.8	19.2	17.4	18.6	18.2
Formação Bruta Capital	25.7	30.8	42.0	29.0	28.2	29.5
Formação Bruta Capital Fixo	25.2	29.2	42.3	29.2	27.5	29.7
Variação de existências	0.6	1.6	-0.3	-0.2	0.6	-0.2
Exportações de Bens e Serviços	67.9	72.5	63.7	61.9	61.2	57.1
Importações de Bens e Serviços	40.2	48.9	64.6	42.8	39.6	36.6
% Variação real anual						
Consumo	6.9	9.6	6.3	7.2	9.8	4.6
Consumo Famílias	6.0	8.2	6.1	5.9	10.3	6.1
Consumo Público	8.5	12.3	6.5	9.9	8.8	2.1
Formação Bruta Capital	12.1	26.4	14.2	-9.1	16.0	7.5
Exportações de Bens e Serviços	16.6	10.6	-7.5	-4.3	13.0	5.2
Importações de Bens e Serviços	7.6	18.2	-0.7	-9.1	11.0	-0.1

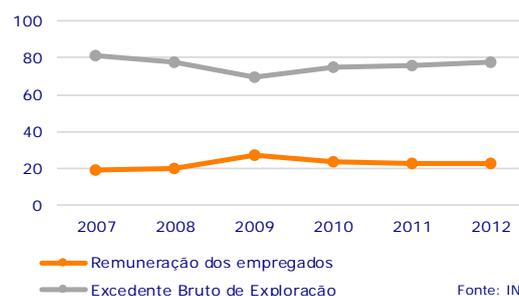
Fonte: INE

As estatísticas do PIB, sob a óptica do rendimento, confirmam que a participação do capital no rendimento nacional é bastante elevada comparativamente à remuneração do trabalho. Isto resulta essencialmente do elevado peso do sector petrolífero na economia, dado que uma parte substancial do produto nacional é constituída por rendimentos das empresas que actuam no sector. Apesar de esta ser uma característica típica de um país em que a extracção de recursos naturais tem um peso tão elevado na economia, a reduzida participação dos rendimentos do trabalho implica uma maior dificuldade em reduzir os níveis de pobreza.

Entretanto, o documento de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015, apresentado em Outubro de 2014, apresenta novos dados relativamente à economia angolana disponibilizados pelo Ministério do Planeamento. De acordo com esta última fonte, o crescimento da economia terá sido fixado em 5.2% em 2012, tendo o crescimento depois acelerado para 6.8% em 2013. Já em 2014, a actividade desacelerou para 4.4%, espelhando um abrandamento no crescimento do sector não-petrolífero (para 8.2% vs. 10.9% em 2013), juntamente com uma contracção no sector petrolífero (-3.5% vs. 0.9% em 2013) que terá ficado afectado pela paralisação da produção em alguns dos poços petrolíferos (para a execução de trabalhos

Rendimento dos factores de produção

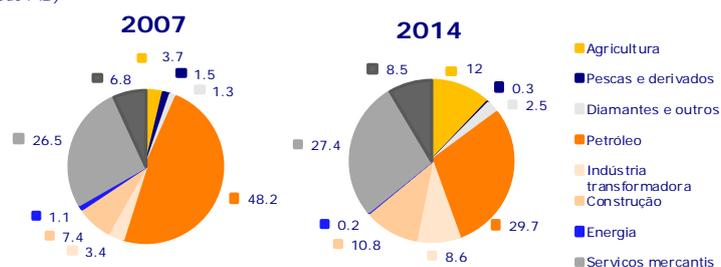
(% do PIB)



de manutenção) durante a primeira metade do ano. Porém, visto que este percalço de natureza técnica parece ultrapassado, o governo encontra-se optimista relativamente à recuperação em 2015, tendo em conta nomeadamente a previsão do aumento da produção, sobretudo nos projectos do pré-sal (destacando-se a entrada em funcionamento do projecto CLOV da petrolífera Total no bloco 17, que prevê adicionar uma produção de 160,000 barris por dia). Desta forma, o governo prevê que a produção petrolífera aumente para 669.1 milhões de barris no ano de 2015 (que compara com 604.4 milhões de barris em 2014), conduzindo a um crescimento de 10.7% no sector. Refira-se contudo, que esta projecção poderá vir a sofrer revisões em baixa tendo em conta o custo de extracção (que é tipicamente elevado neste tipo de extracção) e o andamento prospectivo dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Estrutura da Economia

(% do PIB)



Fonte: INE

Quanto ao sector não petrolífero, também denominado como “nova economia”, as perspectivas também são optimistas, assentes nomeadamente no dinamismo da actividade agrícola (+12.3% em 2015 vs. 11.9% em 2014) e do crescimento do sector dos serviços que deverá crescer 9% em 2015 vs. +8% em 2014. Note-se que o sector agrícola tem sido um dos sectores que mais impulsionou o crescimento nos últimos anos, tendo já um peso de cerca de 12% no PIB, que compara com um peso de 3.7% em 2007. Contudo, este é também um sector com um comportamento muito volátil, já que está normalmente dependente de factores climáticos e da qualidade das colheitas e, por isso, existe um risco associado a este cenário. Para além disso, apesar da notável alteração da estrutura da economia angolana e da redução do peso da dimensão do sector petrolífero, este último sector continua a influenciar de forma significativa o andamento da actividade económica, sendo que, por isso, os principais riscos se relacionam com a evolução dos preços e da produção neste sector que analisamos de seguida.

Crescimento do PIB real - Óptica da produção

(variação percentual anual)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013 Estim.	2014 Proj.	2015 Proj.
PIBpm	13.8	2.4	3.4	3.9	5.2	6.8	4.4	9.7
Sector petrolífero	12.3	-5.1	-3.0	-5.6	4.3	0.9	-3.5	10.7
Sector não-Petrolífero	14.0	8.3	7.8	9.7	5.6	10.9	8.2	9.2
Agricultura	1.9	29.0	6.0	9.2	-22.5	42.3	11.9	12.3
Pescas e derivados	-2.4	-8.7	1.3	17.2	9.7	2.4	5.3	3.3
Diamantes e outros	-8.2	4.6	-10.3	-0.7	0.3	3.3	1.0	0.7
Indústria transformadora	11.0	5.3	10.7	13.0	14.0	8.6	8.1	11.2
Construção	25.6	23.8	16.1	12.0	11.7	8.1	8.0	10.5
Energia	26.1	21.3	10.9	3.5	10.4	34.4	17.3	12.0
Serviços mercantis	26.9	-1.5	8.7	9.5	13.4	7.0	8.0	9.0
Outros	1.9	5.9	4.7	9.6	8.3	0.7	6.0	4.5

Fonte: Ministério do Planeamento

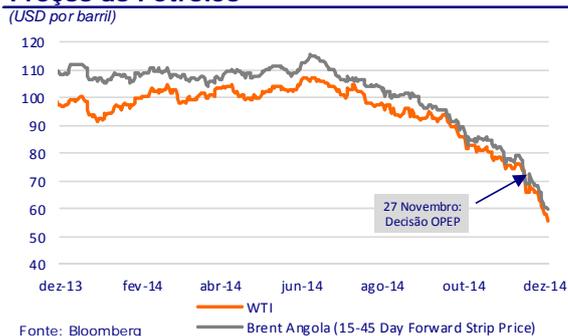
A nova era do sector petrolífero nos mercados internacionais

Depois de um período de cerca de 3½ anos com os preços do petróleo acima dos USD 100 por barril (p/b), os mercados foram surpreendidos com uma queda acentuada de mais de 50% em apenas 6 meses, com os preços a caírem para níveis não registados desde 2009. Em particular, o preço do barril de Brent registou uma queda de 50%, ao recuar de um pico de USD 115 p/b em Junho 2014 para um mínimo de USD 46 p/b registado na data desta publicação. Este forte movimento no preço do petróleo resultou de factores tanto do lado da oferta como do lado da procura. Para além disso, outros comportamentos nos mercados têm contribuído para reforçar esta tendência, em particular a liquidação massiva de posições longas entre Julho e Outubro de contractos de futuros, e a apreciação do dólar (variável que exhibe uma correlação positiva com a queda dos preços, tipicamente expressos em dólares).

Do lado da procura, as persistentes decepções relativamente ao crescimento global (justificadas pela fragilidade da actividade económica na Zona Euro e a desaceleração do crescimento da China) e o aumento da eficiência no uso de fontes de energias alternativas proporcionada pelos avanços tecnológicos, acabaram por explicar a redução das perspectivas para o crescimento da procura. Devido às consecutivas revisões em baixa relativamente ao crescimento mundial, a Agência Internacional de Energia (AIE) também tem revisto em baixa as projecções para o crescimento da procura de petróleo para 2015, sendo que, de acordo com as últimas estimativas de Dezembro, previu um aumento do consumo de crude para cerca de 93.3 milhões de barris por dia. Da mesma forma, também a OPEP reviu em baixa as previsões para a procura da sua produção em 2015 para 28.9 mbd, sendo este o nível mais baixo dos últimos 12 anos. Para além disso, o facto de os preços de outras *commodities* também estarem a exhibir uma tendência descendente (por exemplo, o preço do cobre), são sinais de que o crescimento das economias emergentes está a abrandar, e que os preços deste tipo de recursos escassos tenderão a ser reajustados.

Do lado da oferta, esta queda dos preços reflecte o aumento da produção global de petróleo, que resultou nomeadamente da revolução da indústria do shale nos EUA e Canadá, mas também a um aumento da produção acima do esperado na Líbia e no Iraque. Mas esta tendência de declínio dos preços foi consideravelmente agravada pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) na reunião do final de Novembro, de manter inalterado o seu nível de produção de petróleo estipulado em 30 milhões de barris por dia (recorde-se que esta organização é responsável por cerca de 1/3 da produção mundial de petróleo, tendo por isso capacidade considerável para influenciar os preços de mercado). Esta decisão estratégica de não responder à queda dos preços com cortes na produção e de deixar as forças do mercado determinarem o nível de preços, acabou por resultar da posição da Arábia Saudita (já que alguns dos restantes membros se opunham a esta decisão) que pretende testar a viabilidade de projectos de exploração (nomeadamente do petróleo de xisto nos EUA).

Preços do Petróleo



Oferta e Procura mundial de petróleo

(milhares de barris por dia)

	2012	2013	2014	2015
OCDE				
Américas	23.6	24.1	24.0	24.1
Europa	13.8	13.6	13.5	13.4
Ásia/Oceânia	8.5	8.3	8.1	8.0
Total OCDE	45.9	46.1	45.6	45.6
Non-OCDE				
Ex-URSS	4.6	4.7	4.8	4.6
Europa	0.6	0.6	0.7	0.7
China	9.8	10.1	10.3	10.6
Outros Ásia	11.6	11.9	12.1	12.5
América Latina	6.4	6.6	6.8	6.9
Médio Oriente	7.7	7.9	8.1	8.3
África	3.8	3.8	3.9	4.1
Total non-OCDE	44.6	45.7	46.8	47.8
Total Procura	90.5	91.8	92.4	93.3

OCDE				
Américas	15.8	17.1	18.7	19.7
Europa	3.5	3.3	3.3	3.2
Ásia/Oceânia	0.6	0.5	0.5	0.5
Total OCDE	19.8	20.9	22.5	23.5
Non-OCDE				
Ex-URSS	13.7	13.9	13.9	13.8
Europa	0.1	0.1	0.1	0.1
China	4.2	4.2	4.2	4.2
Outros Ásia	3.6	3.5	3.4	3.5
Américas	4.2	4.2	4.4	4.7
Médio Oriente	1.5	1.4	1.3	1.3
África	2.2	2.3	2.3	2.3
Total non-OCDE	29.5	29.5	29.6	29.9
Ganhos processam/ Biocombustíveis	2.1	2.2	2.2	2.2
	1.9	2.0	2.2	2.3
Total non-OCDE	53.3	54.6	56.5	57.8
OPEP				
Crude	31.3	30.5		
GNLs	6.2	6.3	6.4	6.7
Total OPEP	37.5	36.7		
Total Oferta	90.8	91.4		

Fonte: IEA (World Market Report - November 2014)

Projecções Preço do Petróleo*



* Média dos preços do Brent Dubai e WTI

Neste contexto, as projecções sobre o nível em que os preços deverão estabilizar têm sido alvo de constantes alterações nos últimos meses, mas parece ser consensual que se entrou numa “nova era” no sector petrolífero, e que é provável que o novo preço de equilíbrio do mercado se encontre em patamares bastante abaixo dos níveis registados no passado. Várias estimativas apontam para que o excedente de oferta se mantenha durante o primeiro semestre em cerca de 1 mb/d, sendo que as últimas projecções do FMI sugerem que o preço deverá subir para os USD 60, gradualmente até ao final de 2015, atingindo os USD 70 em 2018, da mesma forma que os contractos de futuros do Brent apontam para uma recuperação dos preços para os USD 70, até 2018. No entanto, estas perspectivas (principalmente as dos mercados financeiros, onde os preços podem estar distorcidos) devem ser encaradas com algum conservadorismo, dado que poderá levar algum tempo para que oferta e procura respondam à queda dos preços, não esquecendo também que tensões geopolíticas podem também alterar este cenário.

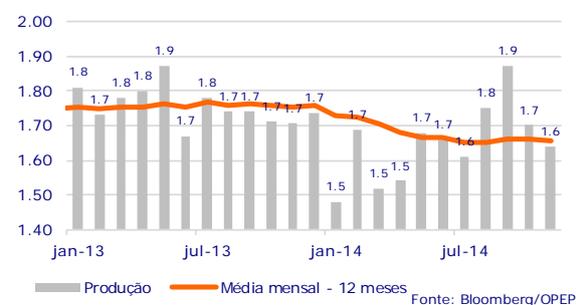
Relativamente aos ajustamentos do lado da oferta, o foco será sobre a evolução da produção no mercado do shale nos EUA, que deverá ser o primeiro mercado a ajustar, dado que o seu custo de produção é relativamente superior. Desta forma, as alterações do lado da oferta devem continuar a ser definidas pela estratégia da Arábia Saudita de suportar a queda dos preços até que comece a percepção uma reacção do lado da oferta, ou seja, até que os produtores com custos mais elevados comecem a deixar o mercado. As autoridades da Arábia Saudita já anunciaram que estão dispostas a deixar os preços cair até cerca de USD 20, dado que estão dispostas a abdicar de vultuosas receitas de forma a defenderem os seus interesses de longo prazo – de manterem a sua quota de mercado. Mas para além disso, também será necessário perceber como é que esta posição afectará os investimentos futuros, pois já começaram a surgir algumas notícias de alterações de decisões de investimento por parte de empresas petrolíferas. Do lado da procura, uma descida dos preços do petróleo costuma ser entendida como um forte incentivo fiscal, que permite a transferência de recursos dos produtores para os consumidores e, dado que as economias que mais ponderam no crescimento global – EUA, UE, Japão e China- são consumidoras líquidas, o impacto no crescimento global será positivo (*ceteris paribus*). Mas estas alterações poderão ser ou não substanciais consoante o nível baixo dos preços perdure por um período de tempo mais ou menos prolongado. Além do mais, desta vez as circunstâncias da economia global são diferentes e os ganhos podem ser mais contidos, já que, por exemplo, as taxas de juro e inflação já se encontram nos mínimos e a valorização do dólar pode acabar por atenuar os benefícios da redução dos preços. Ainda assim, a avaliar pelas projecções da AIE de que a procura por petróleo aumente na segunda metade de 2015, é de esperar que o hiato entre a oferta e a procura estreite e que os preços estabilizem até ao final do próximo ano.

Desenvolvimentos no sector petrolífero em Angola

Durante a primeira metade de 2014, a actividade petrolífera em Angola acabou por ficar fortemente afectada pela paragem da produção em alguns poços petrolíferos para trabalhos de reparação e manutenção, tendo a produção média diária caído para uma média de 1.59 milhões de barris por dia (mbd) durante o primeiro semestre. Na segunda metade do ano, a produção acelerou consideravelmente para uma média de 1.70 mbd, sugerindo que os problemas técnicos que estavam a condicionar a produção foram ultrapassados, sendo que a produção deverá também ter sido impulsionada pela entrada em funcionamento do projecto CLOV no Bloco 17 no passado mês de Junho. Contudo, em termos anuais, a produção média diária de 2014 caiu para 1.65 mbd, que compara com uma produção média de 1.76 mbd em 2013, ficando também aquém da capacidade de produção de 1.87 mbd e do objectivo das autoridades de se aproximarem dos 2 mbd.

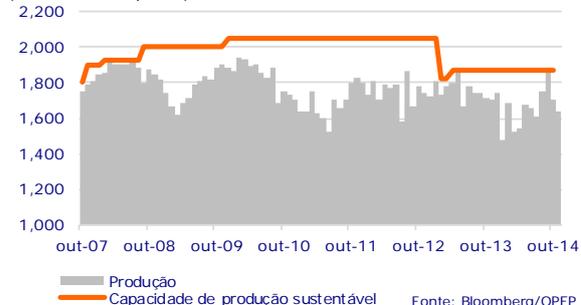
Produção petrolífera

(milhões de barris por dia)



Produção e capacidade de Produção

(milhões de barris por dia)

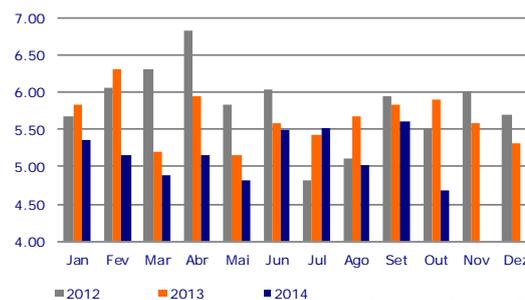


Quanto às perspectivas em termos de produção, assumindo que os actuais projectos se mantêm viáveis, espera-se que as recentes descobertas de petróleo de águas profundas na Bacia do Kwanza, assim como a entrada em funcionamento da unidade de gás natural liquefeito, contribuam para proporcionar um aumento nos próximos anos, que será importante para compensar o facto de alguns dos poços petrolíferos estarem a chegar à maturidade. Mas, neste contexto, e apesar de as companhias petrolíferas continuarem a mostrar-se bastante interessadas em explorar as camadas pré-sal (onde acreditam que ainda existam vastas reservas, já que acreditam que as características geológicas sejam similares às do Brasil), a viabilidade comercial de alguns projectos pode ficar ameaçada. Contudo, deve-se ter em conta que, para projectos desta natureza com um horizonte de investimento de médio e longo prazo, estas variações nos preços poderão não ser factor determinante para as decisões de investimento. Mas, ainda que o nível da produção se mantenha ou aumente, se esta queda dos preços for sustentada terá implicações imediatas sobre as finanças públicas e sobre as contas externas já em 2015. Para já foi esse efeito, sobre as receitas fiscais e de exportação, que já se começou a sentir na segunda metade do ano. De facto, se, por um lado, a queda da produção terá afectado o desempenho das receitas (de exportação e fiscais) durante a primeira metade do ano, por outro, a trajetória descendente dos preços foi o principal factor a justificar a queda das receitas na segunda metade do ano. As receitas de exportação acumuladas durante os primeiros 11 meses do ano ascenderam a USD 56.3 mil milhões, registando-se uma quebra de 17% relativamente a um total de USD 67.8 mil milhões, obtidas em igual período do ano anterior. Da mesma forma, as receitas fiscais alcançaram em Novembro, o valor mais baixo desde que a série foi iniciado, tendo caído em termos acumulados (de Janeiro a Novembro) de USD 32.7 mil milhões em 2013 para USD 27.5 mil milhões em 2014, sugerindo que a quebra das receitas no ano como um todo deverá rondar os 15%.

Apesar da queda do preço do petróleo se assemelhar à situação verificada em 2008/09, Angola está, agora, mais preparada do que antes, nomeadamente no nível mais elevado das reservas internacionais, criação do Fundo Soberano de Angola, nível da inflação e a redução de subsídios aos combustíveis (margem orçamental adicional). Acresce referir que a resposta das autoridades tem sido também diferente em relação à postura de 2009, quando a moeda registou praticamente estabilidade (câmbio ancorado face ao dólar até Outubro de 2009), reflectindo-se no rápido esgotamento das reservas e solicitação da linha de financiamento ao FMI. Em contraste, a actual situação tem vindo a ser acomodada com o deslize gradual do câmbio, sinalizando uma resposta mais rápida que deverá minorar outras consequências potencialmente mais adversas. Deste modo, a actual situação poderá mesmo vir a revelar-se favorável para a economia angolana a médio prazo, na medida em que, mais uma vez, se torna muito evidente a necessidade imperativa de diversificação económica. As consequências sobre o crescimento deverão ser minoradas pela gestão cautelosa de políticas económicas e pelo espaço de aumento de produção petrolífera, que, em 2014, foi afectada por factores técnicos, situando-se bastante aquém dos limiares desejados e possíveis no âmbito da OPEP.

Receitas de Exportação

(mil milhões USD)



Fonte: Min. Finanças, BPI

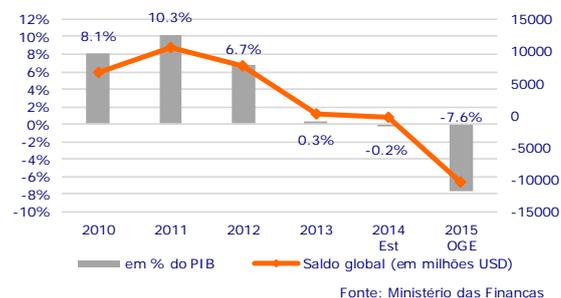
Política Fiscal

Execução Orçamental 2014

Quanto à execução orçamental em 2014, o relatório do OGE 2015 indica que o défice se deverá fixar em cerca de USD 242 milhões, equivalente a 0.2% do PIB, ficando, assim, abaixo do défice orçamentado de cerca de USD 6,444 milhões, ou 4.9% do PIB. Porém, a redução do défice face ao previsto resulta de uma fraca execução orçamental, dado que a redução na despesa deve superar a diminuição do lado da receita fiscal. As receitas de impostos petrolíferos, com um peso de 70% no total das receitas fiscais, devem cair cerca de 17% em relação ao executado em 2013, reflectindo o impacto da quebra das receitas no sector, que na primeira metade do ano ficaram prejudicadas pela quebra da produção e na segunda metade pela queda dos preços. Contudo, espera-se que a redução do lado da despesa seja ainda mais acentuada, estimando-se uma quebra de 10% do total das despesas em relação ao executado em 2013, e de 19% comparativamente ao orçamentado para 2014. Tal como em exercícios anteriores, a dificuldade de execução da despesa resulta essencialmente da fraca realização das despesas de investimento (a taxa de execução das despesas de capital foi de 62% em 2014), em particular devido a dificuldade de implementação do PIP (Programa de Investimentos Públicos), onde se espera registar um desvio de 29% na execução, que reflecte fragilidades institucionais que continuam a constituir obstáculos nos processos de implementação dos projectos de investimento.

Evolução do Déficit Público

(% do PIB, milhões de USD)



Orçamentos de Estado e execução (milhões de USD)

	2012		2013		2014		2015
	OGE	Exec	OGE	Exec	OGE	Estim.	OGE
Receitas	39,452.6	52,984.3	47,312.6	50,191.5	48,515.3	44,550.1	42,229.1
Receitas Correntes	39,420.3	52,975.9	47,312.6	50,183.2	48,515.3	44,528.6	42,229.1
Imposto	37,361.6	50,586.0	45,558.5	47,639.8	46,421.3	42,566.5	40,046.4
Impostos petrolíferos	26,833.3	43,005.2	33,973.1	37,575.6	33,876.3	31,167.7	25,743.7
dos quais: Dtos concession.			24,749.5	25,316.8	25,609.4	20,888.5	19,069.6
Impostos não petrolíferos	10,528.3	7,580.7	11,585.4	10,064.2	12,545.0	11,397.8	14,301.7
Contribuições sociais	751.6	1,117.4	749.0	1,249.5	1,690.2	131.9	1,286.6
Doações	2.1	16.8	1.0	18.6	0.0	11.2	0.0
Outras receitas	1,305.0	1,255.8	1,004.1	1,275.4	403.9	1,819.0	896.1
Receitas de Capital	32.2	8.4	0.0	8.3	0.0	21.5	0.0
Despesas	36,693.5	45,379.5	51,975.7	49,858.2	54,960.1	44,792.4	52,631.7
Despesas correntes	27,026.8	33,379.5	34,581.3	35,581.8	37,565.4	33,982.6	38,833.5
Remuneração empregados	11,116.4	10,807.1	13,417.7	11,954.5	14,000.5	13,132.9	15,797.2
Bens e serviços	8,905.7	13,591.2	11,962.2	12,715.3	14,628.3	11,030.7	13,868.8
Juros	1,167.3	1,103.8	670.3	1,025.9	1,304.7	1,509.2	2,331.0
Transferências correntes	5,837.5	7,877.4	8,531.1	9,886.1	7,631.9	8,310.8	6,836.5
Despesas de capital	9,666.7	12,000.0	17,394.4	14,276.4	17,394.7	10,809.8	13,798.2
Saldo corrente	12,393.5	19,596.4	12,731.4	14,601.4	10,949.9	10,546.0	3,395.6
Saldo primário	3,926.4	8,708.6	-3,992.8	1,359.2	-5,140.1	1,266.9	-8,071.6
Saldo global	2,759.1	7,604.8	-4,663.0	333.3	-6,444.8	-242.3	-10,402.6
em % do PIB	2.4%	6.7%	-3.8%	0.3%	-4.9%	-0.2%	-7.6%
Saldo global não petrolífero	-24,074.2	-35,400.4	-38,636.1	-37,242.2	-40,321.1	-31,411.0	-36,147.3

Fonte: Ministério das Finanças, calc BPI.

OGE 2015

Para 2015, o governo pretende adoptar uma política de carácter expansionista, com o intuito de impulsionar o crescimento económico. Prevê-se um agravamento do défice para 7.6% do PIB, comparativamente a um défice de 0.2% do PIB em 2014, e um excedente de 0.3% do PIB em 2013. O aumento do défice é bastante ambicioso, e resulta tanto de uma quebra das receitas para cerca de 31% do PIB (vs. receitas estimadas 34.3% do PIB em 2014), como de um contributo do lado da despesa, a qual deverá aumentar para 38.7% do PIB (vs. despesas estimadas de 34.5% do PIB em 2014). Do lado da receita, o orçamento antecipa uma diminuição das receitas do sector petrolífero de 17% em relação ao total das receitas de impostos petrolíferos executadas em 2014, que reflecte a perspectiva de descida do preço do petróleo para USD 81 p/b face a um preço de USD 96 no OE de 2014 (que não será suficiente para compensar o estimado crescimento da produção de uma média de 1.66 mbd em 2014 para 1.83 mbd). Por sua vez, antecipa-se um crescimento das receitas

dos impostos não petrolíferos de 25% em relação à estimativa de execução para 2014, no pressuposto de que a actividade não petrolífera acelere e que as reformas tributárias (ver caixa) contribuam para a optimização e modernização do sistema tributário.

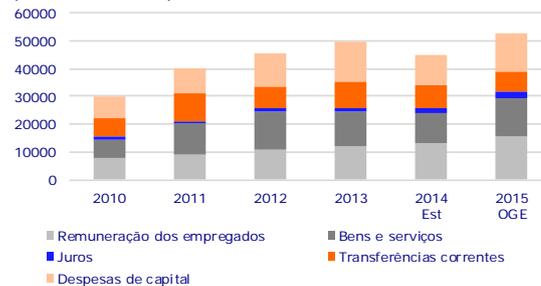
A concretizarem-se estas previsões, apesar das receitas petrolíferas manterem uma participação elevada no total das receitas fiscais (com um peso de cerca de 60% no total das receitas), começa-se a revelar uma ligeira alteração na composição das receitas fiscais, devido à quebra das receitas fiscais petrolíferas e ao progressivo (ainda que moderado) aumento das receitas não petrolíferas. De facto, o peso das receitas não petrolíferas deverá aumentar para 36%, comparativamente a um peso de 27% em 2014 e 21% em 2013. Relativamente à composição das receitas fiscais, note-se que cerca de 65% dos impostos petrolíferos são receitas provenientes dos recebimentos da Concessionária Nacional, ou seja são lucros da actividade petrolífera atribuídos ao Estado, representado pela empresa pública Sonangol (recorde-se que a Sonangol na qualidade de Concessionária Nacional pode reter apenas cerca de 7% das receitas para fazer face aos custos da actividade, devendo entregar as restantes receitas ao Estado). Dos restantes impostos petrolíferos, o IRP (imposto sobre o rendimento petrolífero) é o que mais contribui para as receitas fiscais, dado que incide directamente sobre o rendimento das operações petrolíferas (para as áreas de concessão mais antigas a taxa é de 66% e para as reguladas ao abrigo dos contratos de partilha de produção, a taxa é de 50%). O imposto sobre a produção de petróleo (IPP), que incide sobre a quantidade de petróleo extraído (equivalente às *royalties*), representa apenas 6% das receitas fiscais petrolíferas, e o imposto sobre a transacção de petróleo (ITP) os restantes 5%.

Relativamente às despesas, os gastos previstos no orçamento de 2015, de cerca de USD 53 mil milhões, são significativamente superiores ao total da despesa que se prevê executar em 2014 de cerca de USD 48 mil milhões (ou 34.5% do PIB), mas mais contidas do que as despesas previstas no OGE de 2014 de 41.9% do PIB. Relativamente à distribuição da despesa por classificação económica, o aumento mais significativo de verbas é direccionado para as despesas de investimento, que aumentam 28% em relação ao executado em 2014. Segue-se um **alargamento considerável nas despesas com salários e com bens e serviços, que aumentam 22% e 27%, respectivamente, em relação às estimativas de execução de 2014**. Contrariamente, estima-se uma redução de 18% das despesas com transferências correntes, resultado de uma poupança nos gastos com subsídios de Kz 194 mil milhões (cerca de 1.7% do PIB), devido ao recente ajuste nos preços dos combustíveis e redução dos subsídios aos combustíveis.

Em termos da composição da despesa por função, ficou patente uma alteração de prioridades de gastos no Orçamento de 2015. Ao contrário do que se tem verificado nos anos anteriores, as despesas em sectores sociais (que engloba os sectores de saúde, educação e assistência social) foram as que beneficiaram de um maior aumento de verbas (Kz 2 481 mil milhões no OGE 2015 vs. Kz 2,175 mil milhões no OGE 2014), em detrimento das despesas alocadas para os serviços públicos gerais (Kz 1,302 mil milhões OGE 2015 vs. Kz 2,465 mil milhões OGE 2014) e defesa. De acordo com o documento, as despesas com a educação, saúde e protecção social deverão crescer em 47%, 28% e 33% respectivamente, correspondendo a 9%, 5.6% e 12.8% do orçamento total. Note-se, contudo, que esta comparação se baseia nos dados disponíveis no OGE e não nos montantes executados (para os quais não existe informação disponível). Para além disso, realça-

Despesas por classificação económica

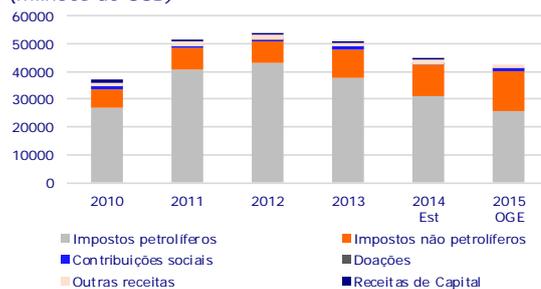
(milhões de USD)



Fonte: Ministério das Finanças

Composição das receitas

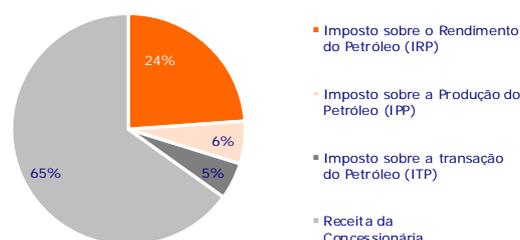
(milhões de USD)



Fonte: Ministério das Finanças

Composição das receitas fiscais

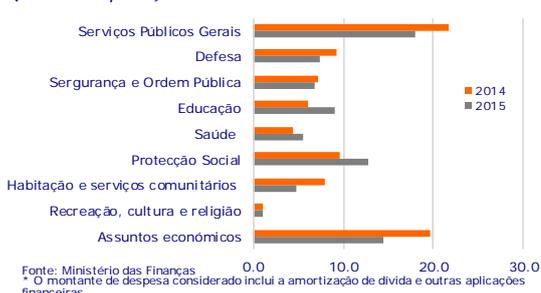
(% do total das receitas)



Fonte: Ministério das Finanças

Composição das Despesas por Função

(% da despesa)



Fonte: Ministério das Finanças
* O montante de despesa considerado inclui a amortização de dívida e outras aplicações financeiras

se o facto de as verbas direccionadas para os assuntos económicos terem caído consideravelmente, contemplando uma redução dos gastos em sectores para os quais o executivo prevê uma aceleração do crescimento em 2015, nomeadamente nos sectores da agricultura e de combustíveis e energia.

Reformas Fiscais

Redução dos subsídios aos combustíveis

O governo anunciou um ajustamento importante nos preços dos combustíveis, que envolveu um aumento de 25% no preço da gasolina e do gasóleo, para Kz 75 e Kz 50, respectivamente. Esta tem sido uma das medidas recomendadas em termos de política fiscal, dado que estes subsídios são considerados de carácter regressivo, uma vez que são as classes com rendimentos mais elevados (que tendem a consumir mais deste bem subsidiado) quem mais beneficia deste tipo de subsídio. Assim, com este aumento, o executivo irá reduzir os custos com os subsídios e, assim, criar espaço fiscal, dando oportunidade para a realização de outras despesas, nomeadamente de carácter social. De acordo com as estimativas de um estudo do FMI, o actual nível de gastos com os subsídios aos combustíveis ascende a cerca de 4% do PIB, enquanto a instituição de um programa de transferências sociais para as camadas menos favorecidas implicaria um custo de apenas 0.5% do PIB.

Reforma fiscal

Em Julho, a Assembleia Nacional aprovou a reforma fiscal que se aguardava há bastante tempo e que poderá contribuir para impulsionar o crescimento das receitas fiscais do sector não petrolífero. O pacote legislativo engloba a reforma de três códigos: o Código Geral Tributário, o Código do Processo Tributário e o Código de Execuções Fiscais. Entre as principais medidas destaca-se a redução da taxa de imposto sobre as pessoas colectivas de 35% para 30%, e o aumento do rendimento mínimo para a isenção da tributação de rendimentos de pessoas singulares de 25,000 para 34,450 kwanzas. Destaca-se, também, a introdução de outras medidas para alargar as bases de tributação e para a eliminação de outras lacunas fiscais.

Finalmente, relativamente à dívida pública, o OGE 2015 antecipa um agravamento do endividamento em 6.3 pontos percentuais, para cerca de 35.5% do PIB. Mantém-se, assim, a trajectória crescente da dívida que se tem confirmado desde 2013, resultado dos agravamentos dos saldos orçamentais, mas ainda assim permanecendo dentro de limites sustentáveis. De acordo com as estimativas do FMI, a dívida pública angolana ascendia a cerca de 35% do PIB e deve aumentar para 37% em 2014 e 39% em 2015 (estas estatísticas englobam a dívida do governo central e a dívida externa de duas empresas públicas - a Sonangol e a TAAG). A proporção da dívida externa é cada vez mais elevada, mas considera-se que os riscos são reduzidos, já que a principal fonte de receita do país, o petróleo, também é denominada em dólares. No entanto, prevê-se um aumento do endividamento no médio prazo, devido ao objectivo do governo em aumentar os défices orçamentais para responder a um plano de investimentos públicos ambicioso ao mesmo tempo que as receitas do petróleo diminuem. Como resultado, a trajectória de dívida pública ficará mais vulnerável ao andamento da actividade económica, sendo fundamental assegurar a escolha de projectos de investimento que assegurem avanços no processo de diversificação, reforço do potencial de crescimento e retorno positivo.

Dívida Pública

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
								Projeções			
<i>% PIB</i>											
Total da dívida pública	49.9	39.8	32.2	29.6	34.6	36.6	38.8	40.3	43.0	43.6	45.6
CP	15.9	7.3	7.0	3.2	2.7	2.1	2.0	1.9	1.8	1.6	1.5
MLP	34.0	32.5	25.2	26.4	31.8	34.5	36.8	38.5	41.2	42.0	44.1
Interna	29.7	18.1	12.0	9.9	12.5	11.6	11.8	11.2	9.6	8.8	8.7
CP	15.7	7.2	6.9	3.1	2.7	2.1	1.9	1.7	1.6	1.4	1.3
MLP	14.1	11.0	5.1	6.8	9.9	9.6	9.9	9.4	8.1	7.4	7.5
Externa	20.2	21.7	20.2	19.7	22.1	25.0	27.0	29.2	33.3	34.8	36.8
CP	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2
MLP	19.9	21.5	20.1	19.6	22.0	24.9	26.9	29.0	33.1	34.6	36.6
da qual: Sonangol	7.0	9.9	9.2	7.7	10.7	9.4	8.5	8.5	8.6	8.4	8.1

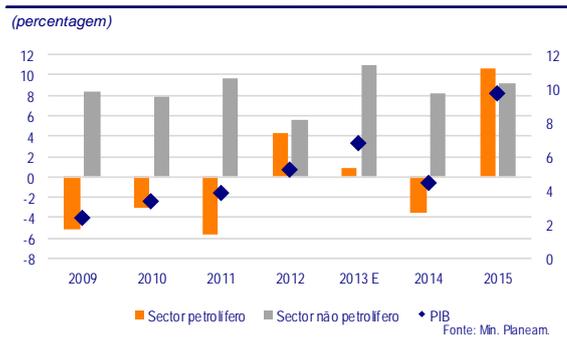
Fonte: FMI (Artigo IV Setembro 2014)

Principais riscos

- Se a pressão sobre os preços do petróleo se mantiver, este será o principal risco do Orçamento de Estado para 2015 e é neste contexto que têm surgido notícias sob a possibilidade de que o executivo venha a apresentar em breve um Orçamento de Estado Rectificativo. As previsões do orçamento estão assentes num preço de USD 81 por barril (p/b), sendo que, apesar de este ter sido um pressuposto conservador comparativamente ao preço médio de 2014, o actual preço de mercado encontra-se num nível bastante mais baixo. Desta forma, existe um forte risco de se estar a sobrestimar as receitas fiscais, dado que 80% (em termos médios dos últimos 3 anos) são de origem no sector. Tal implicaria uma menor execução da receita fiscal que teria que ser acomodada pelo andamento da despesa pública ou por reforço de endividamento. Note-se, porém, que Angola regista tipicamente alguma dificuldade de execução da despesa, pelo que o desequilíbrio final poderá não distar muito dos actuais números do OGE (veja-se o saldo de 2014 vs. a estimativa do orçamento respectivo). Em suma, tendo em conta a elevada sensibilidade das receitas fiscais a variações nos preços do petróleo, as perspectivas orçamentais para 2015 são complexas e os riscos de execução orçamental de 2014 são igualmente elevados.

- No actual contexto, as previsões de crescimento económico incluídas no OGE parecem ser optimistas, algo que também se tem verificado nos anos anteriores. Por um lado, as projecções estão assentes na expectativa de um aumento significativo da produção petrolífera, mas deve-se lembrar que existem alguns riscos de não se conseguir atingir o objectivo de produção devido a constrangimentos internos, tal como já ocorreu em anos anteriores. O declínio da produção está também associado ao facto de alguns dos poços petrolíferos estarem a chegar à maturidade, prevendo-se que os próximos anos sejam de transição para a entrada em funcionamento dos primeiros projectos de pré-sal em 2017 (que, contudo, devem mais que compensar a produção dos poços que chegaram à maturidade).

Crescimento económico - OGE 2015



Mas recorde-se que o custo de extracção neste tipo de projecto é substancialmente maior, e no contexto da actual queda dos preços, a sua rentabilidade pode ficar ameaçada. Para além disso, as estimativas para o crescimento da economia antevêm um crescimento notável da “nova economia”, que pressupõe que o desenvolvimento dos restantes sectores de actividade que serão induzidos pelo investimento público, nomeadamente em infra-estruturas que permitam dinamizar a produção agrícola e industrial. Contudo, a experiência orçamental mostra que, mesmo com um bom andamento da actividade petrolífera, os *spillovers* para as restantes actividades se traduzem de forma lenta, e dependem em grande parte da capacidade de implementação dos investimentos que normalmente se executam com alguma dificuldade.

Finalmente, acresce salientar, na eventualidade de a queda dos preços de petróleo se prolongar, deve-se ter em consideração que Angola se encontra numa posição bastante mais confortável para suportar a eventual redução de receitas petrolíferas, tendo em conta nomeadamente:

- O nível das reservas internacionais é hoje bastante mais confortável do que em 2008 (o nível das reservas externas supera agora os 7 meses de importações, quando em 2008 era suficiente para cobrir pouco mais de 5 meses das importações).
- A constituição do Fundo Soberano de Angola, com um capital realizado de USD 5 mil milhões poderá também ser utilizado caso necessário (apesar de não ser claro em que situação este poderia ser utilizado).
- A taxa de inflação encontra-se actualmente no limite inferior do objectivo do Banco Central, deixando alguma margem para uma eventual desvalorização do kwanza de forma a proteger as reservas internacionais.
- A recente redução dos subsídios aos preços dos combustíveis deverá também permitir alguma margem de actuação de política orçamental.

Luísa Teixeira Felino

Sector Externo

Balança de Pagamentos e Comércio Externo

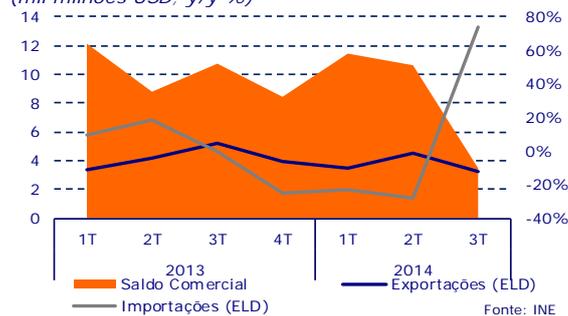
O Banco Nacional de Angola divulgou os dados da Balança de Pagamentos para 2013 que, apesar de continuar em terreno positivo, foi afectada pela diminuição muito substancial do excedente da balança corrente, que passou de USD 13.9 mil milhões em 2012 para USD 8.3 mil milhões em 2013, um decréscimo de 39.7% y/y.

O excedente da balança comercial continuou a ser mais do que suficiente para compensar o défice da balança de serviços e de rendimentos, situação que se tem vindo a observar desde 2004, com excepção do ano de 2009. No entanto, comparativamente ao ano anterior, o excedente da balança de bens registou uma diminuição, passando de USD 47.4 mil milhões em 2012 para USD 41.9 mil milhões em 2013. O que mais influenciou a evolução da balança comercial foi a diminuição das exportações do sector petrolífero, que registaram uma queda de 4% y/y, a par do aumento das importações em cerca de 11%, tendência que se tem vindo a observar desde 2011. O défice da conta de serviços agravou-se ligeiramente, de USD 21.3 mil milhões em 2012 para USD 21.5 mil milhões no ano seguinte, explicado em parte pelo agravamento do défice nos serviços de seguros (aumento no montante de USD 608.3 milhões) e serviços do governo (agravamento de USD 609 milhões). A conta de rendimentos em 2012 havia registado um défice de USD 10.4 mil milhões, enquanto em 2013 verificou-se uma melhoria para USD -9.9 mil milhões, explicado pelo aumento dos pagamentos de juros ao exterior em USD 427.8 milhões. Contrariamente, a conta de transferências correntes sofreu um agravamento, passando de um défice de USD 1.8 mil milhões para um défice de USD 2.1 mil milhões em 2013.

As contas de capital e financeira não sofreram grandes variações comparativamente ao ano anterior, registando, em 2013, um défice conjunto de USD 8.2 mil milhões, inferior em USD 674 milhões face a 2012. Da parte da conta financeira, verifica-se um crescente aumento dos fluxos para o exterior, reflectido no investimento directo estrangeiro, que passa de USD - 9.6 mil milhões em 2012 para USD - 13.1 mil milhões. Este aumento dos fluxos de saída fez-se por via de capitais de médio e longo prazo, cujo aumento foi de cerca de USD 4 mil milhões.

Comércio Internacional

(mil milhões USD; y/y %)



Balança de Pagamentos

(milhões USD)

	2010	2011	2012	2013
Conta Corrente	7,506.0	13,084.7	13,853.3	8,348.4
Conta de Bens	33,928.0	47,081.8	47,376.3	41,902.6
Exportações, f.o.b	50,594.9	67,310.3	71,093.3	68,246.5
Sector petrolífero	49,351.5	65,591.0	69,716.3	66,902.1
Sector não petrolífero	1,243.4	1,719.4	1,377.0	1,344.5
Importações, f.o.b	-16,666.9	-20,228.5	-23,716.9	-26,344.0
Conta Serviços (líq.)	-17,897.5	-22,937.6	-21,339.2	-21,530.7
Crédito	856.9	732.3	780.0	13,157.0
Débito	-18,754.4	-23,669.8	-22,119.2	-22,846.4
Conta Rendimentos (líq.)	-8,086.9	-9,697.3	-10,421.8	-9,900.1
Crédito	134.0	209.8	259.8	818.3
Débito	-8,220.9	-9,907.1	-10,681.6	-10,718.3
Conta Transf. Correntes (líq.)	-437.7	-1,362.2	-1,762.2	-2,123.4
Crédito	58.4	115.6	66.9	68.2
Débito	-496.1	-1,477.8	-1,829.0	-2,191.6
Conta de Capital e Financeira	-1,136.5	-3,979.5	-8,883.6	-8,209.3
Conta de Capital	0.9	2.3	0.2	0.0
Conta Financeira	-1,137.5	-3,981.8	-8,883.8	-8,209.3
Investimento Directo (líq.)	-4,567.6	-5,116.4	-9,638.7	-13,164.2
Entradas	12,156.7	14,123.6	15,077.7	14,345.9
Saídas	16,724.4	19,240.0	24,716.4	27,510.1
Capitais Médio e Longo Prazo (líq.)	2,949.1	3,276.6	1,567.5	5,629.8
Desembolsos	5,708.5	6,527.4	5,538.3	10,204.5
Dos quais: Companhias de Petróleo	-1,355.6	-1,819.3	-2,236.0	-2,539.6
Outros Capitais (líq)	481.1	-2,142.0	-812.6	-674.9
Variação de Reservas*	-6,100.9	-9,053.8	-4,641.7	-90.5
Erros e omissões	239.7	-17.5	-326.4	-54.8
Balança de Pagamentos	6,609.1	9,087.7	4,643.2	84.2

Fonte: BNA

Nota: *sinal (-) corresponde a um aumento de reservas

O Instituto Nacional de Estatística angolano também publicou, recentemente, as contas do comércio externo para os primeiros três trimestres de 2014. No primeiro trimestre do ano, as exportações caíram 10.5% y/y, explicado pela queda nas exportações do sector petrolífero (-11.1% y/y), enquanto a queda nas importações (-22.6% y/y) foi impulsionada pelo aumento considerável das importações de combustíveis (+334% y/y), o que resultou numa variação negativa do excedente da balança comercial de 5.4% y/y. A variação em cadeia foi significativamente mais favorável, com o excedente da balança comercial a aumentar cerca de 37%, explicada pela queda de mais de 50% das importações. Por outro lado, o segundo trimestre do ano anterior foi caracterizado pelo assinalável aumento do excedente da balança comercial em 20.6% y/y, essencialmente impulsionado pela queda das importações em 28.2% y/y. Já a queda das exportações, de 1.7% y/y, foi explicada, mais uma vez, pela diminuição das exportações no sector petrolífero (-1.6% y/y). A variação em cadeia assinalou uma queda do excedente comercial em 7.4% q/q para USD 10.6 mil milhões, pelo facto do aumento das exportações (+3.5% q/q, por via do aumento dos preços) não ter sido suficiente para compensar o incremento das importações no segundo trimestre de 2014 (+34.8% q/q). Neste período, as exportações de petróleo registaram um pequeno aumento face ao trimestre anterior, passando para USD 15.7 mil milhões. Por fim, o 3T 2014 ficou marcado por uma queda muito substancial da Balança de Bens (-67.2% y/y), atingindo um excedente de USD 3.5 mil milhões. Este desempenho foi influenciado pelo aumento das importações de 73.7% y/y, juntamente com a queda das exportações de 12.4% y/y, explicada não só pelos combustíveis (-12.0% y/y), mas também pelos produtos agrícolas (-31.2%). A esclarecer estas variações estará a diminuição dos preços do petróleo e dos bens alimentares nos mercados internacionais.

As previsões do FMI referem que o crescimento elevado da economia não petrolífera poderá gerar um aumento da procura por importações, o que indicia que o excedente da conta corrente em percentagem do PIB possa diminuir no período entre 2014 e 2019. No Artigo IV, o FMI antecipa que a balança corrente atinja, no final de 2014, 4.1% do PIB, inferior em 1.4 pontos percentuais face ao registado em 2013, continuando a diminuir em 2015 para 2% do PIB. Em causa poderá estar, também, a recente queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais, que têm atingido mínimos históricos e que pode diminuir o valor das exportações por via do preço.

De acordo com os dados divulgados pelo INE relativamente ao 3T 2014, os principais parceiros do comércio internacional de Angola continuam a ser a China, o principal destino das exportações angolanas com 49.5% do total exportado, e Portugal, o principal parceiro das importações com cerca de 14.7% do total importado. No entanto, os EUA começam a assumir um papel mais preponderante e, de acordo com os dados do INE, as importações provenientes desta região aumentaram 126.8% y/y, no seguimento da aquisição de novos aparelhos aéreos.

Balança Comercial									
	1T 2014			2T 2014			3T 2014		
	Milhões USD	q-o-q%	y-o-y%	Milhões USD	q-o-q%	y-o-y%	Milhões USD	q-o-q%	y-o-y%
Exportações	15,442.0	-7.3%	-10.5%	15,975.2	3.5%	-1.7%	15,417.1	-3.5%	-12.4%
Petróleo	15,129.9	-7.5%	-11.1%	15,698.1	3.8%	-1.6%	15,204.0	-3.1%	-12.0%
Prod. Agrícolas	4.8	-57.7%	29.3%	19.6	311.8%	12.4%	11.9	-39.3%	-31.2%
Outros	307.3	5.9%	31.6%	257.5	-17.0%	-12.5%	201.2	-21.8%	-35.0%
Importações	3,971.3	-51.9%	-22.6%	5,352.3	34.8%	-28.2%	11,893.7	122.2%	73.7%
Prod. Agrícolas	489.1	-43.5%	-33.0%	484.6	-0.9%	-29.2%	991.8	104.7%	24.5%
Prod. Alimentares	271.6	-54.8%	-35.1%	326.9	20.3%	-29.5%	658.7	101.5%	41.5%
Químicos	219.4	-43.7%	-33.8%	272.7	24.3%	-1.6%	645.3	136.7%	58.7%
Plásticos e Borr.	131.0	-43.0%	-36.5%	175.2	33.8%	-3.5%	353.2	101.6%	43.8%
Metais Comuns	500.4	-35.3%	-21.6%	713.4	42.6%	24.0%	1,339.8	87.8%	75.6%
Máq., Equip., Apar.	881.6	-39.0%	-29.4%	1,033.0	17.2%	-16.3%	2,822.1	173.2%	78.9%
Veículos e O. Mat. Transp.	609.3	-75.1%	-21.4%	803.6	31.9%	-73.3%	1,459.9	81.7%	98.3%
Combustíveis	322.3	-47.2%	334.1%	216.6	-32.8%	-38.8%	669.4	209.0%	-35.1%
Outros	546.5	-39%	-23.1%	1,326.2	142.7%	98.5%	2,953.3	122.7%	257.4%
Balança de Bens	11,470.6	36.7%	-5.4%	10,623.0	-7.4%	20.6%	3,523.4	-66.8%	-67.2%

Fonte: INE

O facto do excedente da conta corrente compensar o défice das contas de capital e financeira permitiu um crescimento muito significativo das reservas internacionais ao longo do período de 2000 a 2013, altura em que registou cerca de USD 33.2 mil milhões. De acordo com o FMI, este montante equivalia a 7.6 meses das importações previstas para 2014, um nível considerado adequado para efeitos preventivos. Apesar disso, a taxa de crescimento da acumulação de reservas abrandou significativamente desde meados de 2011, tornando-se negativa no último trimestre de 2013, explicado pela transferência de USD 3.5 mil milhões do Fundo Petrolífero para Infra-estruturas para o Fundo Soberano de Angola. Para além disso, a desaceleração da produção petrolífera também tem pressionado negativamente o nível de reservas internacionais líquidas, que passaram de 7.48 meses de importações em Março para 7.18 meses em Junho, de acordo com o BNA.

Reservas Internacionais Líquidas

(milhões de USD)



Fonte: Banco Nacional de Angola

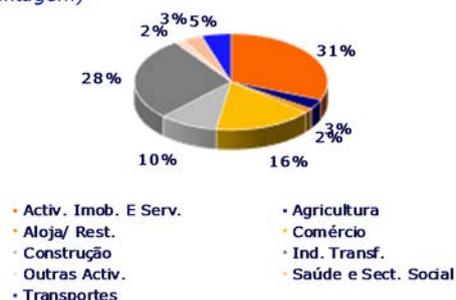
Em Outubro e Novembro continuou a verificar-se uma diminuição das reservas internacionais líquidas de, respectivamente, USD 236.7 milhões e USD 240.5 milhões. No entanto, os dados mais recentes de Dezembro registaram uma inversão da tendência, verificando-se um aumento das reservas de USD 846 milhões para um total de USD 27.4 mil milhões. No entanto, importa ressaltar que a actual situação da cobertura de reservas é bastante mais favorável do que aconteceu na crise 2008/2009, altura em que as reservas internacionais angolanas apenas cobriam 4.5 meses de importações.

Investimento Directo Estrangeiro

O último relatório da Agência Nacional para o Investimento Privado do terceiro trimestre de 2014 refere que foram aprovados 59 projectos, mais 16 do que no período homólogo. Estes projectos aprovados criarão 9,519 novos postos de trabalho directos, dos quais 8,793 serão destinados a cidadãos angolanos. O rácio de mão-de-obra estrangeira no total de postos de trabalho é, no 3T 2014, de 7.63%, inferior ao verificado para o período homólogo (16.44%). A ANIP destaca que os cidadãos estrangeiros ocupam, principalmente, lugares de direcção e cargos técnicos, reflexo da falta de mão-de-obra nacional qualificada capaz de fazer face à procura exigida. É o sector da construção civil que lidera o número de postos de trabalho criados, com 3,703, seguindo-se a indústria transformadora (3,112) e transportes e telecomunicações (1,068). Relativamente à proveniência do investimento externo destaca-se Portugal (17% do total dos projectos aprovados), seguido da China (cerca de 12%), Turquia e Holanda (cerca de 5% cada uma). Os projectos continuam a concentrar-se, principalmente, em Luanda, opção explicada pelo ambiente de negócios e existência de infra-estruturas adequadas. A maioria dos projectos aprovados tem como objectivo sectores não prioritários (33 projectos), com destaque para a prestação de serviços (14 projectos aprovados), enquanto ao nível dos sectores prioritários, o destaque vai para a indústria transformadora, com um total de 18 projectos.

Número de projectos por sector económico

(percentagem)

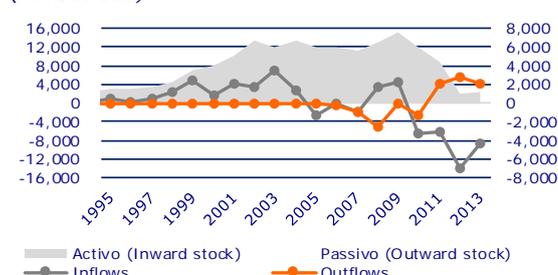


Fonte: ANIP

O Relatório do Investimento Global de 2014 das Nações Unidas regista um aumento de 4% dos fluxos de IDE para o continente africano em 2013 para USD 57 mil milhões. O investimento directo estrangeiro na África-Subsariana quase duplicou, principalmente devido aos fluxos significativos para a África do Sul e Moçambique. No entanto, Angola continua a ser dos países africanos com menos fluxos de entrada (USD -4.3 mil milhões), embora seja dos países com maior dimensão dos fluxos de saída (USD 2.1 mil milhões). Este é o quarto ano consecutivo em que o país regista um desinvestimento líquido, sugerindo um desinvestimento superior ao investimento bruto efectuado no país, apesar de, nos últimos dados, ser possível verificar que o desinvestimento se processa a um ritmo menos acelerado. O estudo anual da consultora Ernst & Young ("Ernst & Young's attractiveness survey – Africa 2014: Executing growth") salienta, no entanto, que Angola é o quarto país no continente africano que mais atrai investimento directo estrangeiro. Deste modo, de acordo com este estudo, Angola captou 8% dos projectos de IDE no continente africano no período de 2007 a 2013, apesar de no último ano os projectos

Investimento Directo Estrangeiro

(milhões USD)



Fonte: UNCTAD

terem diminuído. No entanto, Angola continua a ser uma das economias mais atractivas: para além de um crescimento médio do PIB de 11% no período de 2003 a 2013, o país tem introduzido melhorias ao nível das infra-estruturas, com destaque para os portos e aeroportos, e é esperado que novos investimentos, como a criação da bolsa de valores, possam aliciar mais investidores. Apesar disso, também é importante notar que os investidores que ainda não estão estabelecidos em África estão menos conscientes das oportunidades que existem noutros países para além da África do Sul. Esta é uma das razões que poderá explicar o desinvestimento líquido em Angola, a par da eventual escassez de parceiros locais que os investidores estrangeiros possam sentir para fazer equipa, o que atrasa a implementação dos projectos. Recorde-se que, no OGE 2015, o Governo estima saídas líquidas de IDE em 2014 de USD 10.2 mil milhões, ainda assim inferiores aos valores de 2013 (USD -13.2 mil milhões).

Indicadores de competitividade

Angola voltou a cair uma posição no *ranking Doing Business* 2015, publicado pelo Banco Mundial e que avalia a facilidade de concretização de negócios locais em 2015, tal como havia acontecido no ano anterior. Assim sendo, ocupa o 181º lugar (num total de 189 economias), desempenho pior do que o verificado para a região da África Subsariana (142º) e outros países da mesma região, com é possível ver pela tabela anexa.

Comparativamente ao ano anterior, há áreas em que o país mostrou melhorias, mas há outras em que as condições pioraram. Destaque para o registo de propriedade (164º) e obtenção de crédito (180º), em que registou piores condições, descendo no ranking em 32 e 50 lugares, respectivamente. As componentes onde houve melhorias foram a de obtenção de electricidade (em que Angola subiu 13 lugares) e o pagamento de impostos (com uma subida de 11 lugares). Na resolução de insolvências, Angola continua a ocupar a última posição do ranking, tal como havia acontecido no ano anterior, não se registando alterações também na componente relativa à execução de contractos (continua a ocupar a posição 187º).

Os resultados continuam a não ser muito satisfatórios no Índice de Competitividade Global (ICG) para 2014-15, compilado pelo Fórum Económico Mundial (FEM). Apesar de ter subido dois lugares neste ranking, Angola continua a apresentar resultados muito pouco favoráveis, situando-se na posição 140º. Continua, tal como acontecia no ano anterior, a registar a última posição em vários indicadores (de um conjunto de 114 indicadores, Angola está classificada na última posição em 12 deles e em penúltimo lugar em 9). As classificações referentes ao ambiente macroeconómico, tal como acontecia o ano passado, e à dimensão do mercado escapam aos últimos lugares do ranking, registando melhores posições para estes indicadores (71º e 65º, respectivamente).

Relativamente aos factores considerados mais problemáticos para criar um negócio em Angola, os empresários do país destacam, negativamente, o acesso ao financiamento, as qualificações da população activa e a inadequada oferta de infra-estruturas, que registaram um aumento das preocupações por parte dos investidores face ao ano anterior. As melhorias mais significativas registaram-se ao nível da corrupção, ética e, principalmente, burocracia.

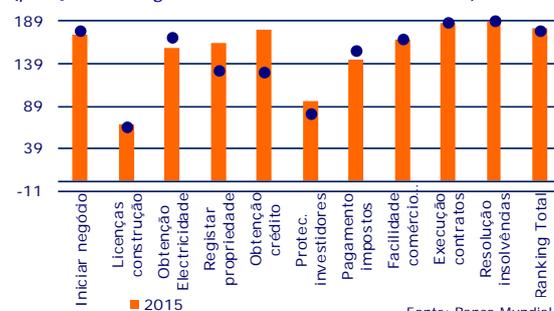
Doing Business 2015

	Ranking 2015	Ranking 2014
Angola	181	180
Moçambique	127	142
Nigéria	170	175
África do Sul	43	37
Portugal	25	23

Fonte: Banco Mundial

Doing Business 2014 e 2015

(posição de Angola num total de 189 economias)



Fonte: Banco Mundial

Doing Business 2015

(posição de Angola num total de 189 economias)



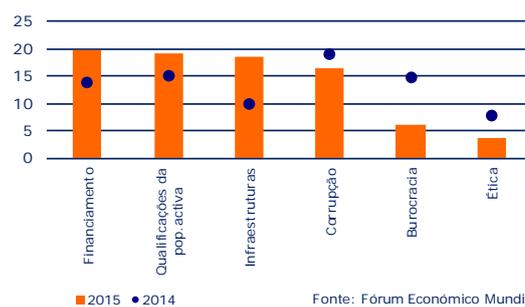
Fonte: Banco Mundial

Tal como acontecia no ano anterior, Angola continua no grupo de países que estão em transição do primeiro (*factor-driven*) para o segundo estágio de desenvolvimento (*efficiency-driven*). Assim sendo, a competitividade do país deixa de estar assente em baixos salários e na abundância de recursos naturais enquanto impulsionadores do desenvolvimento económico, para passar a ser exigido mais eficiência dos processos de produção e maior qualidade dos produtos.

Por último, os *Governance Indicators*, publicados pelo Banco Mundial, continuam a demonstrar a vulnerabilidade de Angola em alguns pontos importantes para o seu desenvolvimento. De destacar que estes indicadores incidem a sua análise em 6 diferentes áreas: controlo da corrupção, eficácia governamental, estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, qualidade da regulação, opinião e responsabilidade e estado de direito, sendo atribuída uma pontuação a cada uma delas, que oscila entre -2.5 e +2.5 pontos (valores mais elevados indicam melhores condições de governação). Relativamente ao controlo da corrupção, nos últimos anos o indicador tem apresentado valores muito semelhantes e continuamente negativos, reflectindo a falta de medidas que visem o combate a estas situações. Pelo contrário, o melhor desempenho tem-se verificado ao nível da estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo, que apesar de continuar a apresentar valores negativos (em 2013 foi de -0.37 pontos) tem apresentado um aumento muito considerável desde 1998, altura em que registou o seu valor mais baixo (-2.35 pontos). Uma outra componente onde se tem verificado algumas melhorias é ao nível da qualidade da regulação, que tem vindo a melhorar desde 2000 (-1.83 pontos), embora os dados mais recentes registem poucas alterações nesta área desde 2007 (-1.04 pontos).

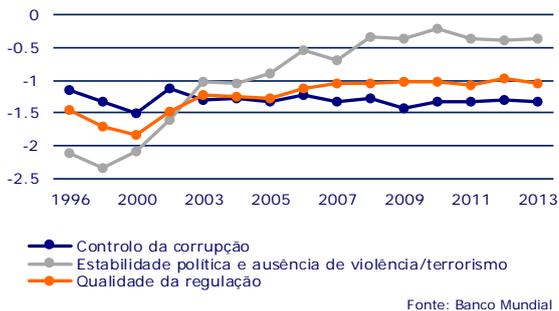
Factores mais problemáticos para fazer negócio

(percentagem)



Worldwide Governance Indicators

(pontos)



Sector Monetário e Financeiro

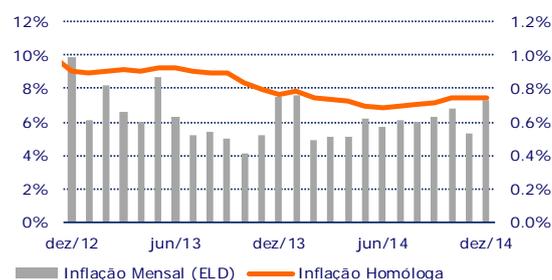
Inflação reverte tendência

O índice de preços na cidade de Luanda tem apresentado um comportamento distinto ao longo de 2014. Até Junho, a taxa de inflação homóloga continuou a tendência descendente iniciada anteriormente, explicada pela diminuição dos preços mundiais dos bens alimentares, componente com grande representatividade no cabaz geral de consumo (em Junho, o peso foi de cerca de 33%). A par disso, as medidas levadas a cabo pelo BNA de estabilidade do kwanza face ao dólar também tiveram impacto nesta redução, o que permitiu atingir uma taxa de inflação homóloga mínima de 6.89% em Junho. A partir deste mês, no entanto, a inflação entrou numa fase ascendente, fixando-se a taxa homóloga em 7.48% em Dezembro, enquanto a inflação mensal foi de 0.73%. A componente com maior contribuição continuou a ser a dos bens alimentares, com uma contribuição de 0.27 pontos para o índice geral de preços. As componentes de “vestuário e calçado” e “mobiliário, equipamento doméstico e manutenção” foram as que apresentaram variações mensais mais elevadas de, respectivamente, 1.25% e 1.17%.

O aumento da inflação está relacionado com a recente desvalorização do kwanza face ao dólar, afectando Angola por ser um país que importa grande parte dos bens que consome, a par do aumento dos preços da gasolina e do gasóleo em 25% em Setembro. Espera-se, ao mesmo tempo, que o aumento de 20% dos combustíveis anunciado no passado mês de Dezembro também venha a ter impacto na inflação nos próximos meses. Ainda assim, importa destacar que até há bem pouco tempo a inflação apresentava valores de dois dígitos, sendo que o último mês em que isso se registou foi em Julho de 2012 (10.02%).

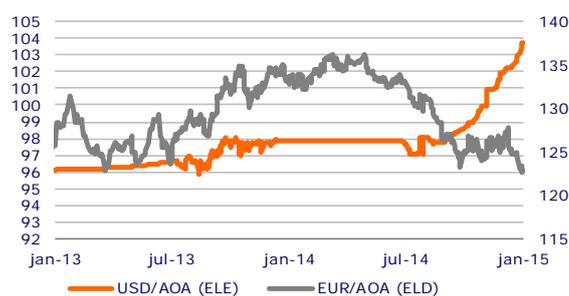
Inflação Mensal e Homóloga

(percentagem)



Fonte: INE

Taxa de câmbio



Fonte: BNA, Bloomberg

Distribuição da contribuição de cada classe de despesa para a inflação mensal (percentagem)

	abr-14	mai-14	jun-14	jul-14	ago-14	set-14	out-14	nov-14	dez-14
Alim. Beb.não alcoólicas	42.2	39.0	32.7	32.8	41.8	37.3	33.0	37.6	37.1
Beb.alcoólicas e tabaco	4.2	3.2	5.2	5.5	6.0	4.1	2.1	2.8	4.2
Vestuário e Calçado	8.8	10.1	16.4	14.9	16.3	13.6	11.1	11.1	12.2
Habit,água,electr,combust	3.6	2.3	4.2	14.8	2.0	5.9	10.7	6.7	5.9
Mobiliário,equip.	9.6	10.0	14.2	14.9	13.0	12.4	6.5	12.8	10.5
Saúde	4.8	2.3	1.9	3.3	3.4	1.6	1.7	5.0	4.7
Transportes	4.9	7.8	8.0	4.1	0.3	5.3	16.6	1.0	7.4
Comunicações	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Lazer,recreação e cultura	2.4	2.0	1.5	0.9	2.2	2.7	2.8	0.9	1.4
Educação	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Hotéis,cafés, restaurantes	6.0	5.0	4.6	5.0	6.2	6.1	3.3	3.4	4.0
Bens e serviços diversos	13.4	18.3	11.3	3.8	8.9	11.1	12.2	18.7	12.8

BNA toma novas medidas monetárias

Na reunião de Outubro, o Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola, antecipando-se ao aumento do nível geral de preços, decidiu aumentar a taxa de juro de referência (Taxa BNA) em 0.25 p.p. para 9%. Para além do aumento dos combustíveis, poderá estar em causa também o aumento da despesa pública e a pressão sobre a taxa de câmbio média de referência do kwanza em relação ao dólar norte-americano. O BNA decidiu, ainda, manter a taxa de juro da facilidade permanente de liquidez e de absorção de liquidez em 9.75% e 1.75%, respectivamente. Na reunião de Novembro, o BNA optou por manter a taxa de referência no nível definido no mês anterior, a par da taxa de juro da facilidade permanente de cedência e de absorção de liquidez. No entanto, foi adoptada uma medida complementar, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015, assente no aumento do coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional, passando de 12.5% para 15%. Esta nova medida é justificada pelo Comité pela necessidade de garantir a estabilidade de preços e atenuar o aumento da inflação que tem sido registado desde Julho. A taxa LUIBOR *Overnight* fixou-se, em Dezembro, em 4.79%, enquanto as taxas para as maturidades de 3 e 12 meses fixaram-se em 7.62% e 9.52%, respectivamente. Deste modo, é provável que, perante uma diminuição do excedente da balança corrente e a recuperação da economia norte-americana, o kwanza continue a sofrer alguma pressão de desvalorização face ao dólar. Isto poderá levar a uma alteração da postura do banco central, que, possivelmente, se deverá manter nos próximos tempos. Para além dos recentes factores de mercado justificarem a elevação das taxas directoras, recordamos que as taxas de juro reais estão num patamar relativamente baixo, sobretudo quando se consideram elementos como o risco implícito às aplicações e activos comparáveis.

De acordo com a nova série de dados divulgada pelo BNA, a Base Monetária em moeda nacional em Novembro registou um saldo de KZ 851,182 milhões, ligeiramente superior em 0.01% face ao mês anterior. Os depósitos obrigatórios e as notas e moedas em circulação aumentaram, respectivamente, 3.4% e 2.3% face ao mês anterior, enquanto os depósitos livres tiveram uma queda muito assinalável a rondar os 55%. Ao mesmo tempo, a Base Monetária denominada em moeda estrangeira aumentou 9.6% em comparação com Outubro de 2014.

A par disto, as contas monetárias de Novembro indicam uma expansão dos depósitos totais em 12.4% y/y, registando, no final do mês, mais de KZ 4.6 mil milhões. Em relação ao crédito, verificou-se um aumento de 18.7% face ao período homólogo (crédito total em Novembro regista um montante de mais de KZ 3.3 mil milhões). Em termos mensais, verificou-se um aumento de 0.2% e de 1.8% dos depósitos e crédito total à economia, respectivamente. O crédito concedido teve como destino, essencialmente, os particulares, que arrecadaram cerca de 20% do total do crédito concedido à economia, juntamente com o comércio por grosso e retalho (16%) e actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (16.2%). Os bancos comerciais continuam a conceder crédito aos sectores dos serviços e da construção, sendo que os sectores industriais apresentam um reduzido volume de crédito, contrariamente ao que seria desejável do ponto de vista de diversificação da actividade económica. Enquanto isso, o agregado monetário mais amplo (M3) aumentou 0.4% face ao mês anterior (fixando-se em cerca de KZ 4.90 mil milhões), o que resultou num aumento de 12.6% em comparação com o período homólogo. A diferença entre o agregado monetário M2 e M1 continua a mostrar uma tendência de ligeira subida, que indica uma maior propensão para a poupança por parte dos agentes económicos (aumento de 1.2% m/m, atingindo, em Novembro, aproximadamente KZ 2 mil milhões).

Grau de transformação de créditos em depósitos

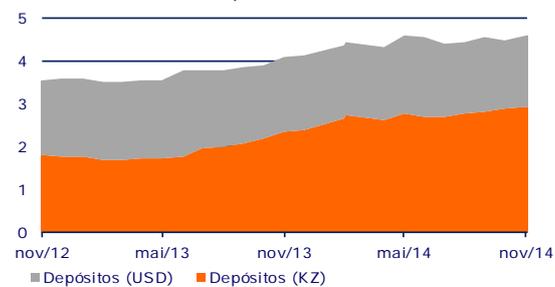
(percentagem)



Fonte: Banco Nacional de Angola

Depósitos em moeda estrangeira e nacional

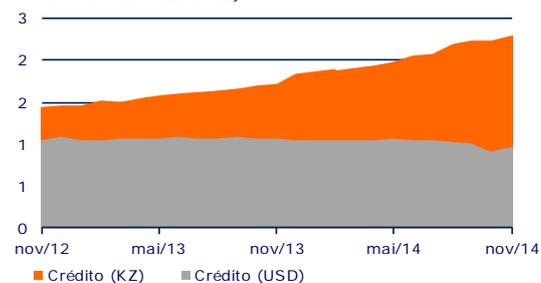
(mil milhões de USD e KZ)



Fonte: Banco Nacional de Angola

Crédito em moeda estrangeira e nacional

(mil milhões de USD e KZ)



Fonte: Banco Nacional de Angola

O nível de dolarização da economia, medido pelo rácio depósitos em moeda estrangeira no total de depósitos registou, em Novembro, 35.5%, ligeiramente inferior ao observado para o mês anterior (36.0%). No entanto, de acordo com um estudo do BNA, a desdolarização da economia tem ocorrido principalmente através da utilização do kwanza para pagamento de despesas de consumo mais do que para efectuar poupanças. As razões que poderão estar na base desta conclusão prendem-se com as taxas de juro reais negativas para instrumentos de poupança em moeda nacional, a par da ligeira depreciação do kwanza face ao dólar, o que se traduz numa desvantagem comparativa de se efectuar depósitos em moeda nacional. O crédito ao sector privado é o que mais tem contribuído para a desdolarização da economia, sendo que, em Novembro de 2013, o crédito em moeda estrangeira concedido ao sector privado representava cerca de 39% do total do crédito concedido a este sector, enquanto em Novembro de 2014 esse peso diminuiu para 30.1%. Relativamente ao crédito concedido ao sector público (excluindo a Administração Central), 10.7% do total atribuído a este sector era em moeda estrangeira em Novembro de 2013, diminuindo em Novembro de 2014 para 5.1%. Quer o crédito concedido, quer os depósitos constituídos em moeda estrangeira, verificaram, em Novembro de 2014, uma diminuição de 8.2% y/y e de 7.3% y/y, respectivamente.

Nível de dolarização da economia angolana

(percentagem)



Fonte: Banco Nacional de Angola

Bolsa de Valores BODIVA

A Bolsa de Valores de Angola (BODIVA) entrou em actividade no dia 19 de Dezembro, com emissões de dívida pública. O arranque da bolsa foi dividido em 6 etapas, correspondente ao desenvolvimento de cada um dos mercados: mercado de dívida pública, mercado de dívida corporativa, segmento dos fundos de investimento, mercado de acções, mercados de futuros e de outros diplomas de suporte ao mercado. A próxima fase incluirá o mercado de dívida corporativa, que deverá abranger, numa primeira fase, o sector bancário, empresas de construção, petrolíferas e alimentares, ainda que muitas das empresas angolanas tenham, ainda, dificuldade em apresentar estruturas de governação adequadas para serem cotadas em bolsa. A realidade empresarial angolana é caracterizada por muitas empresas de cariz familiar e de reduzida dimensão, em que não há separação entre o património da família e da própria empresa. Isto, a par da ausência de práticas de reporte regular, constituem impedimentos ao rápido desenvolvimento do mercado de capitais. O atraso que se tem vindo a verificar no arranque da bolsa tem sido apontado como um obstáculo ao desenvolvimento económico do país, que está atrás de outros países africanos neste domínio, como o caso da África do Sul.

O arranque do mercado de dívida privada exige que as empresas cumpram condições mínimas ao nível da governança e de relato financeiro para poderem ser cotadas em bolsa. Para isso, a BODIVA está a desenvolver o Programa de Preparação das Empresas Angolanas para o Mercado de Acções (POPEMA), em parceria com a Comissão do Mercado de Capitais. O POPEMA actua em quatro domínios: conhecimento das regras de mercado, relato financeiro, saneamento financeiro e governação. Para além disso, estão em curso programas de cooperação com outros mercados financeiros, como a adesão à Associação das Bolsas de África (ASEA) e a Associação das Bolsas de Valores da SADC (COSSE).

A criação da bolsa de valores permite a diversificação da base de investidores, assim como o aparecimento de novas oportunidades que poderão levar a uma distribuição mais equitativa da riqueza. As empresas podem diversificar as suas fontes de financiamento e, ao mesmo tempo, o risco. Consequentemente, permite o acesso a condições de financiamento mais vantajosas, reflectidas em custos de financiamento mais baixos. Por outro lado, pode, também, levar a um aumento da volatilidade dos fluxos.

Vânia Patrícia Duarte

Contexto Social

Caracterização da população angolana – Resultados Preliminares Censos 2014

A divulgação dos resultados preliminares dos Censos 2014 (a divulgação dos resultados finais está prevista para finais de 2015) dá conta que a população residente em Angola quadruplicou nos últimos 44 anos. De acordo com o INE, nos censos de 1970, registou-se uma população de 5.6 milhões, enquanto em 2014 o valor ultrapassa os 24.3 milhões. É expectável que a população angolana continue a aumentar significativamente nos próximos anos, facto que é revelado pelas projecções do *Population Reference Bureau*, que consideram que, em meados de 2030, a população angolana será de, aproximadamente, 36.4 milhões e 60.8 milhões em 2050, mais do dobro do registado hoje.

Actualmente, Angola encontra-se no 12º lugar no *ranking* dos países mais populosos do continente africano e no 4º lugar se considerarmos apenas os países da SADC (*Southern African Development Community*). Ao mesmo tempo, a base larga que caracteriza a pirâmide etária do país, determina uma população muito jovem, sendo que mais de 50% dos indivíduos tem menos de 20 anos.

A divulgação dos resultados preliminares dos Censos 2014 dá conta, ainda, de uma forte concentração da população Angolana, que reside, essencialmente, em sete províncias: Luanda, Huila, Benguela, Huambo, Cuanza Sul, Uíge e Bié. Luanda é a província mais populosa de Angola, com mais de 6.5 milhões de residentes, o que representa uma percentagem de 26.8% do total da população, seguida de Huila, com menos de metade da população de Luanda (2.3 milhões de residentes, ou seja, 9.7% da população total). As sete províncias menos populosas de Angola não ultrapassam os 700 mil habitantes cada uma, reflexo do forte contraste na distribuição da população pelo território angolano. Se considerarmos apenas a província de Luanda, a população residente nos três municípios mais populosos (Luanda, Viana e Belas) supera a população da segunda e terceira províncias mais populosas de Angola em conjunto (Huila e Benguela), ou mesmo a população combinada das oito províncias menos populosas do país (Moxico, Cabinda, Zaire, Lunda Sul, Cuando Cubango, Namibe, Cuanza Norte e Bengo).

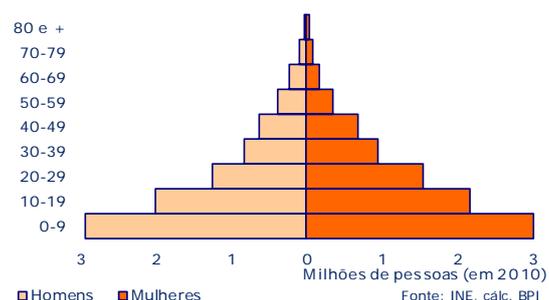
Os resultados sugerem, ainda, um maior número de mulheres (51.6% contra 48.4% de homens), facto que é verificado em quase todas as províncias, com excepção para Lunda Norte, em que a percentagem de homens atinge os 51.4%. A província com maior proporção de mulheres é na província de Cunene, com uma percentagem de 53.3%.

Por fim, a população Angolana reside, maioritariamente, na zona urbana (62.3% contra 37.7% registado na área rural), sendo a região de Cunene a que regista a menor proporção de habitantes em área urbana (20.9%), contrariamente ao verificado para a província de Luanda (97.5%).

Esta informação permite aferir melhor sobre as necessidades da população ao nível de infra-estruturas e outros apoios, assim como facilita a gestão da despesa pública.

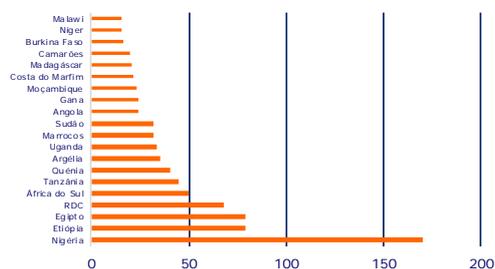
Pela tabela dos indicadores populacionais por região, é possível concluir que Luanda, para além de ser a província mais populosa, é também a mais desenvolvida, revelando valores muito satisfatórios em

Pirâmide Etária



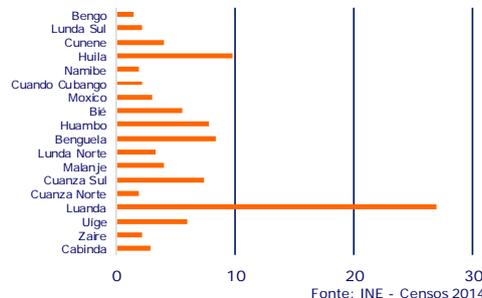
População - Países africanos

(milhões de habitantes)



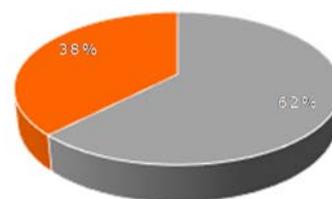
População residente por província

(percentagem do total)



Distribuição pop. por área de residência

(percentagem - dados de 2014)



Fonte: INE - Censos 2014

determinados indicadores e destacando-se em alguns deles face às restantes províncias. Ao nível do alfabetismo, Luanda registou uma taxa de 86.7% (a segunda taxa mais elevada foi registada para a província de Cabinda com 73.6%), ao mesmo tempo que ao nível dos conhecimentos e atitudes sobre a SIDA também registou o valor mais elevado, 96.7% (a segunda mais elevada registou-se também em Cabinda, com 92.9%). Relativamente aos indicadores referentes às crianças, a taxa de trabalho infantil é a mais baixa (8.9% das crianças com idades entre os 5 e os 14 anos trabalham), seguida por Lunda Sul (13.0%). Nas infra-estruturas, destaque desta província ao nível do saneamento básico (89.8%, seguido por Cabinda com 84.4%), assim como da electricidade, com 83.7%, com a segunda província com melhor resultado, Cabinda, a registar apenas 60.2%. Por fim, esta é a província que arrecada a maior percentagem da despesa do Estado, aumentando nos últimos anos e prevendo-se que atinja um valor de 27.0% em 2015.

Receitas e Despesas do Orçamento Estado por província

Província	Receitas (% total)			Despesas (% total)	
	2013	2014	2013	2014	2015
Cabinda	-	-	-	-	-
Zaire	1.3%	1.1%	3.0%	3.0%	3.9%
Uíge	0.1%	0.1%	5.8%	5.9%	4.1%
Luanda	87.7%	90.0%	19.5%	19.7%	27.0%
Cuanza Norte	0.2%	0.3%	3.1%	2.7%	6.1%
Cuanza Sul	0.6%	0.4%	4.2%	4.3%	4.7%
Malanje	0.1%	0.1%	4.6%	4.4%	5.5%
Lunda Norte	0.1%	0.1%	4.2%	3.6%	4.5%
Benguela	3.6%	3.0%	8.6%	8.4%	7.4%
Huambo	0.3%	0.3%	7.5%	6.8%	5.8%
Bié	0.1%	0.1%	5.9%	5.8%	6.8%
Moxico	0.1%	0.2%	5.2%	5.1%	3.3%
Cuando Cubango	0.1%	0.1%	3.9%	5.2%	5.4%
Namibe	0.8%	0.7%	2.8%	3.3%	3.2%
Huila	0.8%	0.6%	7.1%	6.9%	5.8%
Cunene	1.3%	1.2%	3.4%	3.4%	3.1%
Lunda Sul	0.2%	0.1%	2.9%	3.1%	3.8%
Bengo	0.3%	0.3%	3.6%	3.4%	3.3%

Fonte: Ministério das Finanças de Angola

Indicadores populacionais por região

Províncias / Indicadores	População ¹⁾	Registos de Nascim. ²⁾	Ensino Pré-escolar ³⁾	Alfabetismo ⁴⁾	Malária ⁵⁾	Aleitamento Materno ⁶⁾	Conhecim./Atitudes sobre a SIDA ⁷⁾	Trabalho Infantil ⁸⁾	Habituação ⁹⁾	Água ¹⁰⁾	Saneamento Básico ¹¹⁾	Electricidade da Rede
Cabinda	688,285	59.1%	20.2%	73.6%	42.1%	84.5%	92.9%	13.7%	95.7%	58.6%	84.4%	60.2%
Zaire	567,225	69.1%	12.7%	70.7%	41.5%	92.4%	90.4%	54.6%	96.3%	38.6%	46.8%	33.1%
Uíge	1,426,354	28.1%	1.4%	61.7%	25.2%	80.0%	77.4%	18.5%	97.6%	31.0%	56.8%	14.5%
Luanda	6,542,944	26.2%	12.0%	86.7%	19.1%	94.8%	96.7%	8.9%	70.9%	51.5%	89.8%	83.7%
Cuanza Norte	427,971	44.2%	4.0%	53.1%	20.8%	95.2%	72.5%	21.6%	96.0%	46.3%	38.8%	22.9%
Cuanza Sul	1,793,787	15.5%	7.1%	52.4%	17.7%	95.4%	55.8%	21.4%	98.4%	30.5%	32.2%	13.0%
Malanje	968,135	14.9%	10.3%	52.6%	16.0%	91.5%	75.2%	20.2%	96.1%	52.4%	44.6%	22.9%
Lunda Norte	799,950	36.5%	2.0%	43.3%	14.9%	90.9%	76.3%	21.5%	99.5%	16.0%	30.7%	23.5%
Benguela	2,036,662	45.3%	3.6%	56.1%	12.2%	95.6%	72.0%	15.1%	79.7%	46.0%	34.8%	29.4%
Huambo	1,896,147	52.8%	19.2%	60.5%	10.6%	90.6%	62.3%	23.8%	97.6%	38.6%	79.0%	14.5%
Bié	1,338,923	-	1.4%	40.3%	6.5%	94.8%	44.0%	26.7%	99.2%	39.7%	66.6%	8.7%
Moxico	727,594	23.2%	6.7%	44.9%	21.1%	92.4%	78.0%	27.0%	97.7%	16.7%	55.7%	12.4%
Cuando Cub.	510,369	39.7%	3.6%	46.0%	4.9%	79.3%	68.2%	33.4%	98.7%	24.7%	23.9%	9.9%
Namibe	471,613	38.2%	12.2%	53.6%	22.7%	92.3%	66.6%	17.3%	87.8%	43.5%	26.7%	32.1%
Huila	2,354,398	20.8%	5.7%	67.9%	23.7%	87.2%	87.1%	33.5%	97.5%	55.9%	46.0%	31.7%
Cunene	965,288	31.5%	5.9%	60.7%	15.6%	91.1%	78.9%	45.2%	97.6%	24.9%	17.7%	21.1%
Lunda Sul	516,077	50.4%	11.2%	43.6%	5.9%	93.3%	83.3%	13.0%	98.9%	6.6%	37.5%	18.4%
Bengo	351,579	38.2%	4.1%	54.6%	12.7%	87.5%	85.5%	22.1%	97.7%	13.5%	52.3%	29.3%

Fonte: INE

1) Resultados preliminares dos Censos 2014; 2) Crianças com 0-59 meses; 3) A frequentarem o ensino pré-escolar; 4) Pessoas com 15 ou mais anos; 5) Agregados familiares segundo a posse de redes de mosquiteiros; 6) Mulheres com 12-49 anos de idade com filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses, segundo o início do aleitamento materno; 7) População com 12 ou mais anos de idade, segundo as formas de evitar a transmissão do VIH/SIDA; 8) Crianças com 5-14 anos de idade; 9) A viver em habitação com material não apropriado; 10) Usa fonte de água apropriada para beber; 11) Usa saneamento apropriado

Vânia Patrícia Duarte

Principais Indicadores

Principais indicadores económicos

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P	2015P
População (milhões de habitantes)	18.50	19.05	19.63	20.21	20.82	21.44	22.09
PIB <i>per capita</i> (USD PPC)	5,608	7,084	7,295	7,581	7,978	8,186	8,573

Fonte: FMI WEO Outubro 2014

Produto Interno Bruto

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P	2015P
PIB nominal (mil milhões AOA)	5,988.7	7,579.5	9,780.1	11,011.4	11,984.0	12,917.4	14,166.7
PIB nominal (mil milhões USD)	75.5	82.5	104.1	115.3	124.2	131.4	141.8
PIB real (variação %)							
Petroífero	-5.1	-3.0	-5.6	4.3	0.9	-3.5	10.7
Não-petroífero	8.3	7.8	9.1	5.6	10.9	8.2	9.2
PIB, óptica da produção (variação %)							
Agricultura	29.0	6.0	11.4	-22.5	42.3	11.9	12.3
Pescas e derivados	-8.7	1.3	3.5	9.7	2.4	5.3	3.3
Diamantes e outros	4.6	-10.3	-3.3	0.3	3.3	1.0	0.7
Indústria transformadora	5.3	10.7	13.0	14.0	8.6	8.1	11.2
Electricidade	21.3	10.9	3.5	10.4	34.4	17.3	12.0
Construção	23.8	16.1	12.0	11.7	8.1	8.0	10.5
Comércio	-1.5	8.7	9.5	13.4	7	8	9
Outros	5.9	4.7	9.6	8.3	0.7	6	4.5

Fonte: Ministério do Planeamento

Petróleo

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P	2015P
Produção de petróleo (milhões barris/dia)	1.81	1.76	1.66	1.73	1.72	1.66	1.83
Preço médio do barril de petróleo de Angola (USD)	60.9	77.8	110.1	111.6	107.7	104.0	81.0

Fonte: Ministério das Finanças

Previsões para o crescimento real do PIB (%)

	2013	2014	2015
BPI (Dezembro 14)	6.8	2.7	5.2
Orçamento de Estado 2015	5.1	4.4	9.7
FMI (October 14)	6.8	3.9	5.9
OCDE (Maio 14)	5.1	7.9	8.8
EIU (Maio 14)	3.6	4.1	4.4

Inflação

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P	2015P
Final de período (%)	13.99	15.32	11.38	9.04	7.69	7.40	7.20

Fonte: FMI WEO Outubro 2014

Sector externo

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P	2015P
Exportações (% PIB)	54.2	60.4	64.6	61.3	54.8	50.4	47.2
das quais: petróleo	52.8	58.8	62.3	60.1	53.7	49.4	46.1
Importações (% PIB)	30.0	20.2	19.4	20.6	21.2	20.8	21.2
Balança corrente (% PIB)	-9.9	8.1	12.6	11.6	5.5	4.1	2.0
Reservas internacionais brutas (mil milhões USD)	13.2	19.3	28.4	33.0	33.2	33.9	35.1
Reservas internacionais brutas (meses de importações)	4.5	5.3	7.4	7.8	7.7	7.5	7.4

Fonte: Artigo IV FMI

Finanças públicas

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P	2015P
Receitas (% PIB)	34.5	43.5	48.8	45.9	41.1	37.5	37.0
das quais: petróleo	24.2	33.0	39.0	37.3	30.0	27.2	26.5
Despesa (% PIB)	41.9	40.0	40.2	41.3	40.7	41.6	41.2
Saldo orçamental (% PIB)	-7.4	3.4	8.7	4.6	0.3	-4.1	-4.2
Saldo primário não-petrolífero (% PIB)	-29.8	-26.2	-26.9	-29.2	-27.5	-28.9	-27.9
Dívida pública bruta (% PIB)	49.9	39.8	32.2	29.6	34.6	36.6	38.8
da qual: externa	20.2	21.7	20.2	19.7	22.1	25.0	27.0

Fonte: FMI Artigo IV (Setembro 2014)

Principais indicadores financeiros

	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Taxa de câmbio						
USD/AOA (final de período)	89.2	92.6	95.5	96.1	97.9	101.8
USD/AOA (média)	79.2	91.9	94.0	95.6	96.9	98.2
Taxas de juro nominais (moeda nacional, final de período)						
Taxas activas (sector empresarial)						
até 180 dias	15.6%	19.0%	18.1%	15.3%	15.1%	16.6%
181 dias - 1 ano	19.4%	18.2%	16.0%	14.4%	13.9%	14.5%
> 1 ano	19.0%	23.7%	17.7%	15.1%	13.1%	12.9%
Taxas passivas						
Depósitos à ordem						
até 90 dias	2.6%	2.4%	5.79%	0.00%	0.00%	0.00%
91 - 180 dias	12.1%	8.2%	4.32%	3.07%	3.32%	3.86%
181 dias - 1 ano	12.6%	10.0%	6.67%	4.69%	3.87%	4.67%
> 1 ano	11.6%	6.8%	5.55%	4.90%	5.10%	5.65%
> 1 ano	4.6%	1.6%	8.58%	7.02%	5.56%	5.14%

Fonte: BNA, Bloomberg

*Com base em dados disponíveis a 04-12-2014

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte. Por opção própria, os autores não escrevem segundo o novo Acordo Ortográfico. Os números são apresentados na versão anglo-saxónica, ou seja, utilizando a vírgula como separador de milhares e o ponto como separador decimal e utilizando a designação de "milhar de milhão" para 10^9 ."

BANCO BPI, S.A.

Rua Tenente Valadim, 284 4100 - 476 PORTO
Telef.: (351) 22 207 50 00 Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º 1269-067 LISBOA
Telef.: (351) 21 724 17 00 Telefax: (351) 21 353 56 94